



# Prefeitura Municipal de Mogi-Mirim

Estado de São Paulo - Brasil

GABINETE DO PREFEITO

## DECRETO Nº 1.068

"Dispõe sobre a realização de concursos públicos para provimento dos cargos do quadro de pessoal fixo."

ENGº RICARDO ANTONIO BRANDÃO BUENO, Prefeito do Município de Mogi-Mirim, Estado de São Paulo, etc., no uso de suas atribuições legais,

### D E C R E T A :

Artigo 1º - Cabe ao Departamento de Administração desta Prefeitura a realização de concursos para provimento dos cargos do quadro de pessoal fixo da Prefeitura Municipal de Mogi-Mirim, nos termos do artigo 35 da Lei nº 959, de 21 de junho de 1974.

Artigo 2º - O Departamento de Administração elaborará, para cada concurso, Edital que deverá estabelecer;

- a) - requisitos gerais de inscrição;
- b) - requisitos especiais exigidos para o exercício do cargo, referentes a nível de escolaridade, experiência de trabalho, capacidade física, etc;
- c) - modalidade do concurso a ser realizado; de provas ou de provas e títulos;
- d) - as matérias sobre as quais versarão as provas e os respectivos programas;
- e) - os títulos a serem considerados;
- f) - valor de cada prova e ou títulos e critério para determinação da nota final;
- g) - critério de classificação dos candidatos;
- h) - prazo de validade do concurso;
- i) - forma e constituição da Comissão Organizadora, e suas atribuições;
- j) - prazo para inscrições, nunca inferior a 15 (quinze) dias;
- k) - forma de comprovação dos requisitos para inscrição;
- l) - outras condições julgadas necessárias.

inscrição em concurso:

Parágrafo 1º - São requisitos gerais para



# Prefeitura Municipal de Mogi-Mirim

Estado de São Paulo - Brasil

GABINETE DO PREFEITO

- I - Se brasileiro nato ou naturalizado;
- II - Haver cumprido as obrigações e encargos para o serviço militar;
- III - Estar em gozo dos direitos políticos.

Artigo 3º - A inscrição nos concursos - será feita pelo próprio candidato ou por procurador, com poderes especiais, legalmente investido.

Artigo 4º - Os pedidos de inscrição serão recebidos pelo Departamento de Administração da Prefeitura, cabendo ao Diretor deste decidir de sua aprovação.

Artigo 5º - No ato da inscrição deverá ser apresentada toda a documentação exigida, não sendo permitida inscrição condicional.

Artigo 6º - A relação dos candidatos inscritos, com a indicação dos respectivos números de inscrição, será divulgada pelo jornal "A Comarca", Órgão Oficial do Município, o mesmo ocorrendo em relação aos que tiverem suas inscrições indeferidas.

Parágrafo 1º - Do indeferimento do pedido de inscrição caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de sua divulgação, ao Prefeito Municipal.

Parágrafo 2º - Interposto o recurso, o candidato poderá participar condicionalmente das provas que se realizarem.

Artigo 7º - A preparação, aplicação e julgamento das provas, serão atribuídos a uma Comissão Examinadora, a cargo do Departamento de Educação e Cultura.

Artigo 8º - A Comissão Examinadora será composta por elementos indicados pelo Prefeito Municipal, pertencentes ou estranhos ao funcionalismo municipal, de reconhecida idoneidade moral e conhecimento nas matérias a examinar.

Artigo 9º - As provas serão realizadas em dia, hora e local fixados no Edital a ser divulgado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.



# Prefeitura Municipal de Mogi-Mirim

Estado de São Paulo - Brasil

GABINETE DO PREFEITO

Artigo 10º - Sómente será admitido à prestação das provas, o candidato que comprovar sua identidade - mediante documento hábil.

Artigo 11º - Não haverá segunda chamada para qualquer das provas.

Artigo 12º - Durante a realização das provas não será permitido ao candidato, sob pena de exclusão do concurso:

- I - Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao concurso, bem como consultar livros ou apontamentos, salvo as fontes informativas que forem autorizadas pela Comissão Examinadora;
- II - ausentar-se do recinto, a não ser - momentaneamente, em casos especiais, na companhia do fiscal.

Artigo 13º - As salas de provas serão - fiscalizadas por elementos designados pela Comissão Examinadora, vedado o ingresso a pessoas estranhas.

Artigo 14º - As provas escritas, sob pena de nulidade, não serão assinadas nem conterão qualquer sinal que permita a identificação de seus autores.

Parágrafo 1º - A assinatura do candidato será lançada em talão destacável, que terá o número de identificação repetido na prova.

Parágrafo 2º - Os talões de identificação, depois de colocados em sobre-carta fechada e rubricada, ficarão sob a guarda da Comissão Examinadora.

Parágrafo 3º - Sómente após a conclusão do julgamento serão identificados, em ato público, os autores - das provas em local, data e hora previamente anunciados.

Artigo 15º - Nos concursos poderão ser considerados como títulos:

- a) - frequência e conclusão de cursos, - segundo a natureza e as exigências do cargo em concurso;
- b) - experiência de trabalho;
- c) - trabalhos publicados;
- d) - outras atividades reveladoras da capacidade do candidato.



# Prefeitura Municipal de Mogi-Mirim

Estado de São Paulo - Brasil

GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único - Os títulos deverão -  
ser devidamente comprovados e ter direta relação com as atribui-  
ções dos cargos em concurso.

Artigo 16º - As notas atribuídas às  
provas e os pontos atribuídos aos títulos, bem como a nota fi-  
nal, serão aproximados até décimos, arredondados para 1 (um) dé-  
cimo as frações iguais ou superiores a 5 (cinco) centésimos e  
desprezadas as inferiores.

Artigo 17º - Terminada a avaliação das  
provas e dos títulos, serão divulgadas a nota por prova e a mé-  
dia final de cada candidato.

Artigo 18º - No prazo de 5 (cinco) di-  
as, a contar da publicação referida no artigo anterior, o candi-  
dato poderá requerer revisão da nota atribuída às provas e dos  
pontos atribuídos aos títulos.

Artigo 19º - Feita a revisão será pu-  
blicado, com as eventuais alterações, o resultado final do con-  
curso.

Artigo 20º - Quando, na realização do  
concurso, ocorrer irregularidade insanável ou preterição de for-  
malidade substancial que possa afetar o seu resultado, qualquer  
candidato poderá recorrer ao Prefeito Municipal que, mediante -  
decisão fundamentada, proferida em 10 (dez) dias, poderá anular  
o concurso, parcial ou totalmente, promovendo a responsabili-  
dade dos culpados.

Parágrafo único - O recurso previsto -  
neste artigo poderá ser interposto até 5 (cinco) dias após a  
publicação do resultado final do concurso.

Artigo 21º - Compete ao Prefeito Muni-  
cipal, no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do  
resultado final, a homologação do concurso, à vista do relató-  
rio apresentado pela Comissão Examinadora.

Artigo 22º - A nomeação obedecerá a  
ordem de classificação.



# Prefeitura Municipal de Mogi-Mirim

Estado de São Paulo - Brasil

GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único - Em caso de empate na classificação, o desempate se fará de acordo com o que estabelece a lei vigente.

Artigo 23º - Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pelo Prefeito Municipal.

Artigo 24º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE  
Prefeitura Municipal de Mogi-Mirim, -  
aos 23 de março de 1977.

  
ENGº RICARDO ANTONIO BRANDÃO BUENO  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado na mesma data, na Secretaria da Prefeitura, e afixado no local de costume.

  
ANTONIO FERREIRA ALVES  
CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO

Publicação:-

Certifico que mandei publicar  
o Decreto nº 1068 no jornal  
"A Comarca" de 27/maio/77  
MOGI-MIRIM 28 de março de 1977

  
SECRETARIO